da Comissão para os Assuntos de Segurança Pública, que altera dispositivos da Lei nº 11.320, de 26 de julho de 2002, que "cria o Conselho Integrado de Segurança Pública e de Defesa da Vida em Campinas e dá outras providências". Parecer da Comissão de Constituição e Legalidade, favorável.
2) Turno único de discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 148/14, processo nº 217.953, de autoria do Senhor Luiz Cirilo, que concede o Título de Cidadão Campineiro ao Dr. Marco Antonio Pinotti Ribeiro. Parecer da Comissão Especial de Honraria, favorável.
3) Turno único de discussão e votação do projeto de decreto legislativo nº 80/14, processo nº 216.596, de autoria do Senhor Marcos Bernardelli, que concede Diploma de Mérito Jurídico a Rodrigo Colucci Ferrão. Parecer da Comissão Especial de Honraria, favorável.
4) 1ª discussão e votação do projeto de lei nº 53/14, processo nº 215.895, de autoria do Senhor Professor Alberto, que dispõe sobre o reconhecimento das pessoas com doenças renais crônicas, como pessoas com deficiência orgânica, portadores de direitos para os devidos fins de atendimento prioritário nos serviços públicos e privados. Parecer da Comissão de Constituição e Legalidade, favorável.
5) Turno único de discussão e votação do projeto de lei nº 2/15, processo nº 218.080, de autoria do Senhor Vinicius Gratti, que denomina Rua Encarnação Soler Fabretti uma via pública do município de Campinas. Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, favorável.
6) Matérias adiadas de reunião anterior.
7) Discussão e Votação da Ata.
8) Matérias lidas no Expediente e sujeitas à deliberação do Plenário.
TERCEIRA PARTE
GRANDE EXPEDIENTE
Oradores inscritos no Grande Expediente.

Campinas, 07 de maio de 2015
RAFA ZIMBALDI
Presidente

DIVERSOS

ENTIDADES ASSISTENCIAIS E ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO

CEDAP - CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA POPULAR

Republicado por Incorreções

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Aos Diretores e Conselheiros
CEDAP – CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA POPULAR
Examinamos as demonstrações financeiras do CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como, a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.
Base para Opinião com Ressalva
Visando adequar-se à Resolução 1.409 de 2012, a entidade optou por alterar a política de reconhecimento das receitas auferidas sob subvenções governamentais, mas não efetuou a reapresentação das demonstrações comparativas referente as receitas reconhecidas erroneamente no ano de 2013, gerando desta forma distorções relevantes nas receitas de 2014, pois parte das receitas que caberiam a este exercício já haviam sida reconhecidas no ao de 2013.
A entidade não possui Laudo de vida útil para seus Ativos, conforme disposto no item 19 da NBC ITG 1000, suas depreciações foram calculadas com base nos saldos existentes dos ativos imobilizados, não possuindo também a composição de seus ativos imobilizados.
Em conformidade com NBC TG 01 - Estrutura Conceituação, as despesas de Férias devem ser contabilizadas na medida em que a obrigação é contraída, ou seja, respeitando regime de competência. Todavia, a administração não adota essa prática, realizando os registros contábeis de despesa no ato do pagamento das Férias. Em razão da entidade não apresentar controle relacionado a provisão de férias, não foi possível estimar possíveis distorção desta ordem no Passivo e no Resultado ao longo dos períodos aquisitivos de férias.
Opinião com Ressalva
Em nossa opinião, exceto por eventuais efeitos relevantes do assunto mencionado nos tópicos acima, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Outros Assuntos
Anteriormente examinamos as demonstrações financeiras do CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e o Demonstrativo de Fluxos de Caixa, sobre as quais, emitimos relatório dos auditores independentes com ressalva, referente ao não reconhecimento da receita conforme exigido na resolução 1.409 de 2012, também foi ressalvado o aspecto relativo a não adoção das disposições da NBC TG 27 e ITG 10 que trata sobre a depreciação com base na vida útil referente os ativos imobilizados, adicionalmente a entidade não possui composição de seus ativos imobilizados adquiridos até o ano de 2011 datado em 15 de abril de 2014.

Campinas, 14 de Abril de 2015.
ATENCIOSAMENTE,
PROF. DR. MARCOS FRANCISCO RODRIGUES SOUSA
Contador CRC 1SP167515/O-0
CONSULCAMP AUDITORIA
CRC 2SP024818/O 5

Balanço Patrimonial

Encerrado em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro em 2013

Valores Expressos em Reais (R$)

Ativo	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Ativo Circulante		**4.100.953**	**923.739**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.200.069	923.739
Subvenções/Convênios a Receber	4	2.900.304	-
Despesas Antecipadas		580	-
Ativo Não Circulante		**34.004**	**37.276**
Imobilizado Líquido	5	34.004	37.276
Total do Ativo		**4.134.956**	**961.264**

Passivo	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Passivo Circulante		**3.177.903**	**21.035**
Fornecedores		3.597	-
Tributos a Pagar		2.997	1.240
Obrigações Sociais e Trabalhistas	6	32.058	19.795
Subvenções/Convênios a Realizar	7	3.139.250	-
Patrimônio Líquido		**957.054**	**940.229**
Patrimônio Social	8	939.447	811.124
Superávit do Exercício		17.607	129.106
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**4.134.956**	**961.264**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações.

Demonstrativo do Resultado do Exercício

Encerrado em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro em 2013

Valores Expressos em Reais (R$)

	Nota	31.12.2014	31.12.2013
Receita Operacional Líquida	9	**4.778.483**	**3.328.191**
Custos de Serviços Prestados		**(4.130.364)**	**(2.751.354)**
Com programas (Atividades)			
Arteiros/Fundação Casa		(2.494.674)	(1.762.370)
Ateliê Escola/Petrobrás		(594.308)	(450.115)
FMDCA		(33.464)	(21.558)
PAIF Municipal		(1.494)	(36.601)
PAIF Federal		(47)	(169.402)
PAEFI II		(343.440)	(195.370)
Centro Convivência		(245.756)	(78.562)
Projeto de 06 a 14 Anos		(80.392)	(37.376)
Acessuas		(336.788)	-
Resultado Bruto		**648.118**	**576.837**
Despesas Operacionais		**(630.512)**	**(447.731)**
Administrativas		(625.235)	(443.087)
Depreciação		(5.661)	(4.644)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		384	-
Superávit do Exercício		**17.607**	**129.106**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Encerrado em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro em 2013

Valores Expressos em Reais (R$)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2012	**617.460**	**(4.485)**	**612.975**
Ajustes exercícios anteriores	198.148		198.148
Saldo em 01/01/2013	**815.608**	**(4.485)**	**811.123**
Incorporação Superávit/Déficit	(4.485)	4.485	-
Superávit do Período		129.106	129.106
Saldo em 31/12/2013	**811.123**	**129.106**	**940.229**
Ajustes exercícios anteriores	(782)	-	(782)
Saldo em 01/01/2014	**810.341**	**129.106**	**939.447**
Incorporação Superávit/Déficit	129.106	(129.106)	-
Superávit do Período	-	17.607	17.607
Saldo em 31/12/2014	**939.447**	**17.607**	**957.054**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Encerrado em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro em 2013

Valores Expressos em Reais (R$)

	31.12.2014	31.12.2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit Líquido	**17.607**	**129.106**

Ajustes:		
(+) Depreciaçao	5.661	4.644
(+) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	-	-
Superávit Líquido Ajustado	**23.268**	**133.750**
Variação das Contas de Ativo e Passivo		
Subvenções e Títulos a Receber	(2.900.304)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	(580)	-
Fornecedores	3.597	-
Obrigações fiscais	1.758	42
Obrigações trabalhistas e sociais	11.730	31.175
Subvenções/Convênios a Executar	3.139.250	-
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	**278.719**	**164.967**
Aquisição de Ativo Imobilizado	(3.171)	(22.744)
Baixa de Ativo Imobilizado	782	-
Caixa Líq. Consumidos Atividade de Investimento	**(2.389)**	**(22.744)**
Caixa e Equivalentes de Caixa gerado no período	**276.330**	**142.223**
Saldo Caixas e Equivalentes de Caixa no Anterior	923.739	781.516
Saldo Caixas e Equivalentes de Caixa no Atual	1.200.069	923.739
Variação de Caixa	**276.330**	**142.223**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações.

Notas Explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

1. Contexto Operacional

A Entidade CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular é uma pessoa jurídica de caráter assistencial, sem fins lucrativos, que tem por finalidade: a) Contribuir para elevação da cidadania e da qualidade de vida, incentivando a prática da participação, da solidariedade, da organização e da ação comunitária. b) Desenvolver atividades de caráter protetivo, de educação e de promoção humana, social e ambiental, com prioridade para aquelas vinculadas à política de Assistência Social. c) Desenvolver, aperfeiçoar e transmitir metodologias relativas à educação popular, ao trabalho socioeducativo com adolescentes, à formação de grupos representativos, à organização comunitária, a associações cooperativas e de desenvolvimento social, cultural e ambiental. d) Promover e divulgar estudos, pesquisas e avaliações de experiências educativas e de promoção social e ambiental. e) Capacitar e assessorar organizações sociais, entidades, movimentos e lideranças populares quanto ao desempenho da representatividade e ao desenvolvimento de projetos de interesse social.

2. Principais Diretrizes Contábeis

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a entidade adotou o pronunciamento técnico CPC-PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - aplicável às pequenas e médias empresas, o qual, juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como a ITG 2002, aprovada pela Resolução nº 1.409 de 27 de setembro de 2012 e pela Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 relativa às entidades sem fins lucrativos.

a) Apuração do Superávit

O superávit é apurado pelo regime de competência, os recursos recebidos destinados aos projetos são registrados em conformidade com a Resolução 1.409 de 2002. As doações para custeio são contabilizadas como receita no período em que são recebidas e as doações patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social O valor do superávit ou déficit do exercício é registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício, enquanto não aprovado em assembleia pelo Conselho de Administração e após a sua aprovação é transferido para a conta Patrimônio Social.

O recebimento efetivo das Subvenções Governamentais e Convênios são contabilizados em contas do passivo circulante e as receitas de subvenção são reconhecidas no momento da realização dos projetos a elas vinculadas, cuja validação ocorre após a prestação de contas ao órgão público.

b) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos circulantes são assim classificados quando se espera realizá-lo ou consumi-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação, já os ativos e passivos não circulantes são assim classificados quando sua realização ocorrer após 12 meses do período de divulgação.

c) Ativo Imobilizado

A entidade não possui controle de seus Ativos Imobilizados, bem como as depreciações foram calculadas pelo saldo existente na contabilidade. Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas determinadas pela legislação fiscal.

d) Patrimônio Social

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes de Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de noventa dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

	31.12.2014	31.12.2013
Com Restrição		
Bancos	9.024	171.006
Aplicações de Liquidez Imediata	872.055	749.389
Sem Restrição		
Caixa	818	3.344
Bancos	632	-
Aplicações de Liquidez Imediata	317.539	-
Total Geral	**1.200.069**	**923.739**

Os valores acima estão disponíveis para a entidade sem que haja restrições sobre tais valores.

4. Subvenções/Convênios a receber

Este grupo de conta está composto da subvenção a receber referente aos projetos em execução, que deverão realizar-se no início do exercício seguinte. A composição dos saldos é a seguinte:

	31.12.2014	31.12.2013
Patrocínio Petrobras - Ateliê	489.948	-
Convênio Fundação Casa - Arteiros	2.113.500	-
Prefeitura Campinas - Co - Financiamentos	55.300	-
Prefeitura Campinas - Acessuas	177.430	-
Prefeitura Campinas - FMDCA	64.126	-
Total geral (R$)	**2.900.304**	-

5. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2014 estava composto da seguinte forma:

Descrição	Saldo Líquido 2013	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo Líquido 2014
Móveis e Utensílios	12.302	3.171	-	(657)	14.816
Máquinas e Equipamentos	909	-	(782)	(127)	-
Informática	24.065	-	-	(4.877)	19.188
Total	**37.276**	**3.171**	**(782)**	**(5.661)**	**34.004**

6. Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações trabalhistas estão segregadas da seguinte maneira:

	31.12.2014	31.12.2013
Salários a pagar	8.651	-
INSS a recolher	8.291	4.952
FGTS a recolher	-	14.638
Contrib. Sindical a Recolher	28	205
Provisões de Férias	15.088	-
Total Geral	**32.058**	**19.795**

7. Subvenções/Convênios a Realizar

Na data do fechamento do Balanço, haviam valores a receber e que em fase de execução e aplicação dos recursos, conforme demonstramos abaixo:

	31.12.2014	31.12.2013
Patrocínio Petrobras	385.587	-
Programa Acessuas	281.126	-
Co-Financiamentos PMC	14.575	-
Convênio Fundação Casa	2.366.184	-
Parceria FMDCA	91.778	-
Total Geral	**3.139.250**	-

8. Património Social

O Patrimônio Social é composto dos bens de Constituição da entidade e, ano a ano, os Déficits ou Superávits apurados no resultado também são acrescidos ao Patrimônio Social do CEDAP.

9. Receita Operacional Líquida

As receitas estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
Receita Operacional Bruta	**4.778.483**	**3.374.752**
Com restrição:		
Projetos Municipal	1.041.510	585.006
Projetos Fundação Casa	2.494.674	1.520.179
Rendimentos financeiros	68.868	45.629
Sem restrição:		
Patrocínios	594.573	780.065
Contribuições e doações voluntárias	27.834	37.952
Renuncia Fiscal	551.023	405.919
Deduções da Receita Bruta	-	**(46.561)**
Devoluções de Recursos	-	(46.561)
Receita Operacional Líquida	**4.778.483**	**3.328.191**

10. Aplicação de Recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

11. Dirigentes e Conselheiros

Os diretores e conselheiros não percebem remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título como retribuição aos serviços prestados.

12. Gratuidade

Os projetos são totalmente gratuitos e conforme requisita a Lei 12.101 de 2009 que dispõe sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), a entidade mantém de forma contínua e regular a escrituração contábil de suas receitas e despesas, bem como, a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

13. Isenção da quota Patronal da Previdência Social

Em atendimento a Lei nº 12.101/09 art. 18° a entidade dedica-se ao apoio e assessoria à população. Sendo assim, a entidade possui a certificação de entidade assistencial usufruindo do valor de isenção da quota patronal da previdência social, que representou respectivamente nos anos de 2014 e 2013 o montante de R$ 551.023 e R$ 405.919.

14. Cobertura de Seguros

Para atender as medidas preventivas, adotadas permanentemente, a sociedade efetua a contratação de seguros em valores considerados suficientes, pela administração, para cobertura de eventuais sinistros.

Seguro	Cobertura	Valor
Sul America Cia Nacional de Seguros		**516.180**
Apólice: 195.843-0	Incêndio, Explosão, Queda de Raios e Tumultos	422.680
Vigência: 07/08/2014 a 07/08/2015	Danos elétricos	12.000
	Impacto de veículos terrestres	26.000
	Perda de Aluguel	24.000
	Recomposição de Documentos	4.000
	Roubo ou Furto Qualif.do Conteúdo	20.000
	Vend, Fur, Cicl, Torn, Gran, Q.Aero, ImpacVeic e Fumaça	7.500
Maritima Seguros S/A		**225.000**
Apólice: 90.025623	Incêndio, Raios e Explosão (Básica)	150.000
Vigência: 27/05/2014 a 27/05/2015	Danos elétricos e Curto Circuito	10.000
	Vendaval/Granizo/Impacto de Veículos	17.000
	Roubo/Furto Qualificado	30.000
	Perda/Pagamento Aluguel (P.I.: 6 meses)	6.000
	Despesas Fixas Decorrentes da Básica (P.I.: 6 meses)	12.000
Total Geral		**741.180**